

**ANO II - EDIÇÃO Nº 298 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO:** Palmas, Quarta-Feira, 07 de junho de 2017

### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

#### PORTARIA Nº 369/2017

O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º ESTABELECEER lotação à servidora THAISE RIBEIRO DA SILVA, Auxiliar Técnico – DAM 2, matrícula nº 146317, na 3ª Promotoria de Justiça de Araguaína, a partir 01 de junho de 2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 05 de junho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 370/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, inciso V, da Lei Complementar no 51, de 02 de janeiro de 2008, considerando as disposições da Lei nº 2.580, de 03 de maio de 2012, e respectivas alterações, que tratam da estrutura organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins;

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a pedido, a partir de 05 de junho de 2017, a servidora NAYARA DE JESUS SOUZA DE OLIVEIRA LIMA, matrícula nº 128715, do cargo de Técnico Ministerial – Assistência Administrativa.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 05 de junho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 371/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, artigo 17, III, “j” e art. 44, IV, observando os dispostos no Ato nº 013, de 05 de março de 2010, e considerando a deliberação dos

Promotores de Justiça da Comarca de Guaraí-TO, protocolo nº 07010165566201762;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça ADRIANO ZIZZA ROMERO para exercer a função de Coordenador das Promotorias de Justiça de Guaraí – TO, para mandato de um ano, a partir de 16 de junho de 2017.

Art. 2º DETERMINAR que nos casos de vacância, afastamento, ausência, impedimento ou suspeição, a função de Coordenador recairá sobre o membro mais antigo na Comarca.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 06 de junho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 372/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, e considerando Mem nº 021/2017/SCPJ, do Colégio de Procuradores de Justiça;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, a partir de 07 de junho de 2017, a Promotora de Justiça de Pium-TO, MUNIQUE TEIXEIRA VAZ para auxiliar na Comarca de Cristalândia – TO, nos feitos criminais, exceto nas audiências.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 06 de junho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 373/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais e considerando a anuência dos Promotores de Justiça da Comarca de Araguaína Sidney Fiori Júnior e Priscilla Karla Stival Ferreira, firmada por meio do Ofício nº 116/2017, de 19 de maio de 2017;

RESOLVE:

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Procurador-Geral de Justiça

**JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Subprocurador-Geral de Justiça

**FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO**  
Chefe de Gabinete da PGJ

**MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA**  
Promotora Assessora do PGJ

**UILITON DA SILVA BORGES**  
Diretor-Geral

### CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Corregedor-Geral

**JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ**  
Corregedora-Geral Substituta

**OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR**  
Promotor-Corregedor

**PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO**  
Promotor-Corregedor

**FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA**  
Chefe de Gabinete

### COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Presidente do Colégio de Procuradores

**ELAINE MARCIANO PIRES**  
Procuradora de Justiça  
Secretária do Colégio de Procuradores

**LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES**  
Procuradora de Justiça

**JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Procurador de Justiça

**ALCIR RAINERI FILHO**  
Procurador de Justiça

**VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA**  
Procuradora de Justiça

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Procurador de Justiça

**JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU**  
Procurador de Justiça

**RICARDO VICENTE DA SILVA**  
Procurador de Justiça

**MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA**  
Procurador de Justiça

**JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR**  
Procurador de Justiça

**JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ**  
Procuradora de Justiça

### CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Presidente do Conselho

**JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU**  
Membro - Secretário do Conselho

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Membro - Corregedor-Geral do MPE

**ALCIR RAINERI FILHO**  
Membro

**MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA**  
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6  
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO  
Telefone: (63) 3216-7600

Art. 1º ESTABELECEER lotação provisória à servidora INGRID ALVES CORREIA, Analista Ministerial – Especialidade Ciências Jurídicas, matrícula nº 140416, na 11ª Promotoria de Justiça de Araguaína – TO, no período de 06 a 14/06/2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 06 de junho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

#### APOSTILA Nº 022/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

APOSTILAR a Convocação, de 18 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial Eletrônico Edição nº 286, de 22 de maio de 2017;

ONDE SE LÊ:

3ª Promotoria de Gurupi	Sede das Promotorias de Gurupi	08/06/17 15h às 18h 09/06/17 09h às 12h/14h às 18h
4ª Promotoria de Gurupi	Sede das Promotorias de Gurupi	08/06/17 15h às 18h 09/06/17 09h às 12h/14h às 18h
7ª Promotoria de Gurupi	Sede das Promotorias de Gurupi	08/06/17 15h às 18h 09/06/17 09h às 12h/14h às 18h
9ª Promotoria de Gurupi	Sede das Promotorias de Gurupi	08/06/17 15h às 18h 09/06/17 09h às 12h/14h às 18h
Promotoria de Alvorada	Sede das Promotorias de Gurupi	08/06/17 15h às 18h 09/06/17 09h às 12h/14h às 18h
Promotoria de Palmeirópolis	Sede das Promotorias de Gurupi	08/06/17 15h às 18h 09/06/17 09h às 12h/14h às 18h
Promotoria de Peixe	Sede das Promotorias de Gurupi	08/06/17 15h às 18h 09/06/17 09h às 12h/14h às 18h
Promotoria de Formoso	Sede das Promotorias de Gurupi	08/06/17 15h às 18h 09/06/17 09h às 12h/14h às 18h

LEIA-SE:

3ª Promotoria de Gurupi	Sede das Promotorias de Gurupi	08/06/17 14h às 18h 09/06/17 09h às 12h/14h às 17h
4ª Promotoria de Gurupi	Sede das Promotorias de Gurupi	08/06/17 14h às 18h 09/06/17 09h às 12h/14h às 17h
7ª Promotoria de Gurupi	Sede das Promotorias de Gurupi	08/06/17 14h às 18h 09/06/17 09h às 12h/14h às 17h
9ª Promotoria de Gurupi	Sede das Promotorias de Gurupi	08/06/17 14h às 18h 09/06/17 09h às 12h/14h às 17h
Promotoria de Alvorada	Sede das Promotorias de Gurupi	08/06/17 14h às 18h 09/06/17 09h às 12h/14h às 17h
Promotoria de Palmeirópolis	Sede das Promotorias de Gurupi	08/06/17 14h às 18h 09/06/17 09h às 12h/14h às 17h
Promotoria de Peixe	Sede das Promotorias de Gurupi	08/06/17 14h às 18h 09/06/17 09h às 12h/14h às 17h
Promotoria de Formoso	Sede das Promotorias de Gurupi	08/06/17 14h às 18h 09/06/17 09h às 12h/14h às 17h

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 05 de junho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

**APOSTILA Nº 023/2017**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

APOSTILAR o Despacho nº 259/2017, de 1º de junho de 2017, que CONCEDEU, à servidora GABRIELA SANCHEZ RIBEIRO, Matrícula nº 110211, LICENÇA PARA TRATO DE ASSUNTOS PARTICULARES,

**ONDE SE LÊ:**

“a partir de 30 de maio de 2017”

**LEIA-SE:** “a partir de 02 de junho de 2017”

PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 06 de junho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 001/2017/PGJ**

A Procuradoria-Geral de Justiça torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 001/2017/PGJ, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Procurador-Geral de Justiça.

PORTARIA N.º 001/2017/PGJ

INTERESSADO: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

OBJETO: Acompanhamento da Implantação pelo Ministério Público do Estado do Tocantins das diretrizes decorrentes da efetivação da Carta de Brasília.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Portaria CNMP-CN nº 00067/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, que dispõe sobre a sistemática de mapeamento, avaliação e de difusão das boas práticas institucionais decorrentes da efetivação da Carta de Brasília.

LOCAL E DATA : Palmas-TO, 05 de junho de 2017.

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**NOTIFICAÇÃO**

**CONCORRÊNCIA Nº 001/2017**

Processo nº.: 2017/0701/00070

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DO PRÉDIO SEDE DO ANEXO I DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, EM PALMAS-TO, na modalidade CONCORRÊNCIA, do tipo MENOR PREÇO, sob o regime de empreitada por PREÇO UNITÁRIO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

NOTIFICAMOS os representantes das proponentes participantes do certame em referência, abaixo denominados, que foi suspensa “sine die” a Concorrência nº 001/2017, tendo em vista o contingenciamento de despesas do orçamento anual de 2017 nesta Unidade Orçamentária, nos termos do Decreto nº 5.644, de 30 de maio de 2017, publicado no DOE nº 4.877, em 30 de maio de 2017.

EMPRESA LICITANTE	REPRESENTANTE
COCENO – CONSTRUTORA CENTRO NORTE LTDA	Klábia Pereira Pimentel
CONSTRUARTE CONSTRUTORA - EIRELI	Mário Roberto Bueno Filho
CONSTRUTORA ACAUÁ LTDA	Pablo Vinicius Muniz Barros
NASA CONSTRUTORA LTDA	Alex Quintino Moreschi

Palmas – TO, 07 de junho de 2017

RICARDO AZEVEDO ROCHA  
Presidente da CPL

**AVISO DE SUSPENSÃO**

A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins torna público para conhecimento dos interessados que foi suspensa “Sine Die” a Concorrência nº 001/2017, processo administrativo nº 2017.0701.00070, objetivando a Contratação de empresa especializada em Engenharia para execução da obra do prédio sede do Anexo I da Procuradoria-Geral de Justiça, em Palmas - TO, tendo em vista o contingenciamento de despesas do orçamento anual de 2017 nesta Unidade Orçamentária, nos termos do Decreto nº 5.644, de 30 de maio de 2017, publicado no DOE nº 4.877, em 30 de maio de 2017.

Palmas-TO, 07 de junho de 2017.

Ricardo Azevedo Rocha  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

**9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA**

Tutela da Infância e Juventude

Av. Neief Murad, Chácara 47-A, St. Noroeste, Araguaína/TO, CEP: 77800-000,  
Tel. (63) 3414-8509 E-mail: sidneyjunior@mpto.mp.br

**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO 2017.0000497**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA Nº 115/2017.

INVESTIGANTE: 9ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Promotor Sidney Fiori Junior.

FUNDAMENTOS: artigo 4ª da Lei 8.069/90, art. 127, 129, II e III, da CF/88.

ORIGEM: Representado por Isabel Pereira da Silva.

FATOS EM APURAÇÃO: Visa garantir o tratamento para desintoxicação da adolescente Isabela Rodrigues Guimarães, na cidade de Araguaína/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína 01º de junho de 2017.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

## 22ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

### EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Miguel Batista de Siqueira Filho, no uso de suas atribuições na 22ª Promotoria de Justiça da Capital, DÁ CIÊNCIA ao senhor Anderson Barbosa Baptista e eventuais interessados do declínio de atribuição deste Parquet Estadual em favor do Ministério Público Federal do Estado do Tocantins para atuar Notícia de Fato nº 2015/5309, autuada a partir de denúncia, no qual informa, em síntese, que nas Quadras 307, 309, e 407 Sul, desde dezembro de 2014, a empresa licitada parou as obras de pavimentação e drenagem, não justificando os motivos. Considerando que há indícios de malversação de verba pública federal, a atribuição para promover as investigações necessárias a elucidação dos fatos é do Ministério Público Federal.

Palmas, 06 de junho de 2017.

Miguel Batista de Siqueira Filho  
22º Promotor de Justiça da Capital

## 28ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA ICP/0101/2017

INVESTIGANTE: 28ª Promotoria da Capital.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, III, da Constituição Federal de 1988; no artigo 25, IV, da Lei Federal nº 8.625/93; no artigo 60, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 51/08, no artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85, na Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e no Art. 3º, II da Resolução nº 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins e. ORIGEM: Protocolo 07010150833201713

FATO EM APURAÇÃO: Apurar eventual descumprimento de ordem judicial, podendo configurar ato de improbidade administrativa.

INVESTIGADO(S): Carlos Enrique Franco Amastha

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas – TO, 31 de maio de 2017.

ADRIANO NEVES  
Promotor de Justiça

202 Norte, Conj. 03, Av. LO 4 c/Av. Teotônio Segurado, S. 227 – Fone 3216-7600 – Palmas – TO – CEP: 77.006.218

## 8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

### EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO

O Promotor de Justiça, Dr. Roberto Freitas Garcia, titular da 8ª Promotoria de Justiça da Comarca de Gurupi/TO, dá ciência a quem possa interessar, acerca do INDEFERIMENTO da

representação registrada na aludida Promotoria de Justiça, como Notícia de Fato nº 36/2017, a partir de denúncia anônima noticiando a prática de nepotismo no âmbito do Poder Executivo do Município de Dueré-TO, e que, em apertada síntese, fora mencionado que a filha do Prefeito Valdeni Pereira de Carvalho é dentista no município, e que há dois vereadores que possuem parentes trabalhando na prefeitura. Por fim, aduziu o denunciante que o número de contratos é alto e que acha que já infringiu a lei de responsabilidade fiscal. Esclarecendo que, caso queira, poderá interpor recurso contra tal decisão, apresentando razões escritas ou documentos no prazo de 10 (dez) dias (a contar da publicação deste Edital no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Tocantins), perante a 8ª Promotoria de Justiça da Comarca de Gurupi/TO, nos termos do art. 5º, §§ 1º e 2º, da Resolução CNMP n.º 023/2007 e do art. 12, §§ 1º e 3º da Resolução n.º 03/2008/CSMP-TO.

### EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO

O Promotor de Justiça, Dr. Roberto Freitas Garcia, titular da 8ª Promotoria de Justiça da Comarca de Gurupi/TO, dá ciência ao senhor José Medeiros Brito, acerca do INDEFERIMENTO da representação registrada na aludida Promotoria de Justiça, como Notícia de Fato nº 38/2017, a partir do Ofício nº 014/2015 – GABPR, encaminhado pela Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, instando ao órgão do Ministério Público verificar a possibilidade de proceder a execução judicial do título documentado no Acórdão nº 032/2010, já transitado em julgado, em desfavor do ex-prefeito de Dueré/TO, o senhor José Medeiros Brito. Esclarecendo que, o representante poderá interpor recurso contra tal decisão, apresentando razões escritas ou documentos no prazo de 10 (dez) dias (a contar da publicação deste Edital no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Tocantins), perante a 8ª Promotoria de Justiça da Comarca de Gurupi/TO, nos termos do art. 5º, §§ 1º e 2º, da Resolução CNMP n.º 023/2007 e do art. 12, §§ 1º e 3º da Resolução n.º 03/2008/CSMP-TO.

## 5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado (s).

PORTARIA Nº.: 028/2017 - 5ªPJP

INVESTIGANTE: 5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei complementar Estadual nº 051/08.

ORIGEM: Diligência realizada pelo Promotor de Justiça na sede do IML de Porto Nacional/TO

FATO (S) EM APURAÇÃO: Implemento de uma nova sede para o Instituto Médico Legal, que já teria sido viabilizada, por termo de cessão de imóveis na vila militar, imóveis no Setor Aeroporto, nesse Município de Porto Nacional/TO

INVESTIGADO (S): Estado do Tocantins

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 29 de maio de 2017.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 029/2017

INVESTIGANTE: 5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei complementar Estadual nº 051/08.

ORIGEM: NF 018/2017

FATO (S) EM APURAÇÃO: Ausência do contrato n. 014/2016 e respectivo procedimento nos arquivos municipais, bem como a regularidade da despesa em si, executada pelo prefeito Hélio Carvalho dos Anjos

INVESTIGADO (S): Hélio Carvalho dos Anjos

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 02 de junho de 2017.

### PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARANÃ

#### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 2017.0000458

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público Nº 2017.0000458, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA Nº 0086/2017.

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Paranã-TO.

FUNDAMENTO: artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 8º, §1º da Lei Federal nº 7.347/85 (Lei de Ação Civil Pública); art. 3º da Lei nº 7.347/85 (Lei de Ação Civil Pública); art. 210, I da Lei nº 8.069/1990.

ORIGEM: Notícia de Fato Nº 53/2017.

ASSUNTO (CNMP): Direito da Criança e do Adolescente. Seção Cível. Medidas de Proteção (900119).

FATO EM APURAÇÃO: Ato de indisciplina praticado por menor, dentro de estabelecimento escolar.

REPRESENTANTE: Diretoria da Escola Estadual Euclides Bezerra Gerais.

REPRESENTADO: T.D.N.S

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Paranã-TO, 23 de maio de 2017.

#### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 2017.0000552

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público Nº 2017.0000552, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA Nº 0110/2017.

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Paranã-TO.

FUNDAMENTO: artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 8º, §1º da Lei Federal nº 7.347/85 (Lei de Ação Civil Pública);

art. 3º da Lei nº 7.347/85 (Lei de Ação Civil Pública); art. 210, I da Lei nº 8.069/1990.

ORIGEM: Notícia de Fato Nº 59/2017.

ASSUNTO (CNMP): Direito da Criança e do Adolescente. Seção Cível. Medidas de Proteção (900119).

FATO EM APURAÇÃO: Ato de indisciplina praticado por menor, dentro de estabelecimento escolar.

REPRESENTANTE: Conselho Tutelar de Paranã-TO.

REPRESENTADO: M.D.J.A.N.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Paranã-TO, 31 de maio de 2017.

Promotoria de Justiça da Comarca de Paranã-TO  
Rua "E", Qd. 25, Centro – Cep. 77.360-000 fone: 063-3371-1180

### PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PEIXE-TO

#### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

##### PORTARIA Nº 04/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Peixe;

FUNDAMENTO: atribuições conferidas pelo art. 127,129, III, da Constituição Federal.

ORIGEM: Notícia de fato.

FATOS EM APURAÇÃO: instauração de Inquérito Civil na Comarca de Peixe visando apurar elucidar os fatos descritos na denúncia de supostas irregularidades na realização de concurso público, recebida por este órgão envolvendo o município de São Valério/TO.

INVESTIGADO: Prefeitura Municipal de São Valério/TO, na pessoa do Prefeito Olímpio dos Santos Arraes.

LOCAL DA INSTAURAÇÃO: Promotoria de Justiça de Peixe, em 22 de maio de 2017.

Peixe-TO, 22 de maio de 2017.

Mateus Ribeiro dos Reis  
Promotor de Justiça Titular

#### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

##### PORTARIA Nº 05/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Peixe;

FUNDAMENTO: atribuições conferidas pelo art. 127, 129, III, da Constituição Federal.

ORIGEM: Notícia de fato.

FATOS EM APURAÇÃO: instauração de Inquérito Civil na Comarca de Peixe visando apurar elucidar os fatos descritos na denúncia de supostas irregularidades e descumprimento da Lei da Guarda Municipal, recebida por este órgão envolvendo o município de São Valério/TO.

INVESTIGADO: Prefeitura Municipal de São Valério/TO

LOCAL DA INSTAURAÇÃO: Promotoria de Justiça de Peixe, em 22 de maio de 2017.

Peixe-TO, 22 de maio de 2017.

Mateus Ribeiro dos Reis  
Promotor de Justiça Titular